

## Agripino Maia vira réu no STF acusado de corrupção e lavagem

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal aceitou denúncia nesta terça-feira (12/6), por 3 votos a 2, contra o senador José Agripino Maia (DEM-RN). O parlamentar se tornou réu em processo por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e uso de documento falso.

Reprodução



Agripino se tornou réu no STF em processo por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e uso de documento falso.  
Reprodução

Segundo a Procuradoria-Geral da República, Agripino foi citado em depoimento de delação premiada de um empresário do Rio Grande do Norte, que o acusou de receber aproximadamente R\$ 1 milhão em contrato de inspeção veicular entre uma empresa privada e o governo do estado, em 2010, durante a gestão da ex-governadora Rosalba Ciarlini, cuja denúncia foi arquivada.

Iniciada na sexta-feira (8/6), a análise da denúncia durou três sessões e foi retomada nesta terça para a averiguação do quinto e último voto, do ministro Celso de Mello, que desempatou o placar contra Agripino ao se dizer convencido da viabilidade da denúncia em análise. "É claro que há elementos suficientes para abrir uma ação penal", afirmou.

No julgamento anterior, o relator, ministro Ricardo Lewandowski, votou para receber a denúncia e foi acompanhado pelo ministro Edson Fachin. Já os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli rejeitaram a peça da PGR.

No processo, a defesa do ex-presidente do DEM negou a prática dos crimes e afirmou que "décadas de vida pública sempre gozou de reputação ilibada, sendo leviana a denúncia apresentada".

Agripino já se tornou réu em [outro processo](#) no STF por corrupção passiva e lavagem de dinheiro pela suposta participação em um esquema envolvendo a construção da Arena das Dunas, sede da Copa do Mundo de 2014 em Natal, que teria resultado em prejuízo de R\$ 77 milhões aos cofres públicos.

Segundo a PGR, o senador teria usado sua influência política para liberar créditos que se encontravam

travados no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em favor da construtora OAS, responsável pela obra.

O senador declarou, em nota, que o fato de o placar ter sido apertado (3 votos a 2) “mostra a fragilidade da denúncia”. “Recebo-a com serenidade. Estou seguro de que o prosseguimento da ação mostrará não serem verdadeiros os fatos nela descritos”, declarou. *Com informações da Agência Brasil.*

#### **INQ 4.011**

*\* Texto atualizado às 18h20 do dia 12/6/2018 para acréscimo de informação.*

#### **Date Created**

12/06/2018